MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
Esplanada dos Ministérios - Bloco U, dcdp@mme.gov.br , Brasília/DF, CEP 70065-900
Telefone: 2032-5848 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.mme.gov.br

RELATÓRIO

Processo nº 48330.000084/2026-13

Interessado: Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Secretaria Executiva - SE/MME, Subsecretaria de Governança, GABINETE DO MINISTRO - GM/MME

ASSUNTO: 10º RELATÓRIO DA SALA DE MONITORAMENTO DO ABASTECIMENTO DE ÓLEO DIESEL 2026 - **PERÍODO 01/09/2026 A 30/09/2026** ("SALA DE MONITORAMENTO DO ABASTECIMENTO - MARÇO DE 2026")

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1. Este documento tem por objetivo consolidar as ações, os fatos e os principais eventos críticos ocorridos durante os trabalhos da Sala de Monitoramento do Abastecimento de Óleo Diesel, **no período de 01 a 30 de setembro de 2026**, que está sob a coordenação do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo (DCDP) da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (SNPGB) do Ministério de Minas e Energia (MME).

1.2. As ações de monitoramento foram realizadas no âmbito do braço operacional do Comitê de Gerenciamento de Crise (CGC) do Ministério de Minas e Energia, criado pela Portaria Normativa nº 61/GM/MME, de 13 de março de 2023.

1.3. A instituição da Sala de Monitoramento ocorreu por meio da Resolução CGC nº 1, de 23 de março de 2026 (SEI 1208121), que tem por objetivo monitorar e mitigar os impactos no abastecimento nacional de combustíveis, bem como coordenar as ações de fiscalização do setor, em decorrência da instabilidade geopolítica e dos conflitos armados na região do Oriente Médio, em conformidade com o inciso VI do art. 8º, da Portaria Normativa nº 61/GM/MME, de 13 de março de 2023.

1.4. O Relatório é composto de 3 (três) seções:

a) SEÇÃO I - DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS;

b) SEÇÃO II - REGISTROS DOS RESULTADOS;

c) SEÇÃO III - CONSIDERAÇÕES FINAIS.

2. SEÇÃO I - DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

2.1. A organização e o andamento dos trabalhos de monitoramento, basicamente, consistem em três etapas que compreendem:

a) Coleta, consolidação e registro dos dados de estoques de diesel disponíveis para fins de apresentação na reunião;

b) Realização de reuniões periódicas com a presença dos principais agentes de mercado e entidades representativas responsáveis pelo suprimento e combustíveis do país;

c) Elaboração do relatório de monitoramento quinzenal e envio ao CGC.

2.2. A dinâmica das reuniões consiste no confrontamento dos dados de contratos de entregas de produto importado, de produção, previsões para o suprimento nacional de óleo diesel, além da avaliação da necessidade de ações complementares com o intuito de garantir o abastecimento nacional de combustíveis.

2.3. A partir dos resultados do monitoramento, é avaliada a necessidade da proposição de alguma ação específica de governo com o intuito de assegurar o suprimento da demanda de óleo diesel, a exemplo do que ocorreu com o conjunto de medidas que contaram com a atuação do Ministério de Minas e Energia (MME) - ver Nota Informativa nº 13/2026/DCDP/SNPGB (SEI 1210861).

3. SEÇÃO II - REGISTROS DOS RESULTADOS

3.1. Os resultados mais relevantes dos trabalhos da Sala de Monitoramento do Abastecimento foram elencados

em memórias de reuniões e sintetizados nas Tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 - Síntese dos resultados de estoques e demandas da Sala de Monitoramento do Abastecimento.

Dia/ Temática	Estoques	Demandas
01/09/2026	A ANP informou sobre a prorrogação da flexibilização dos estoques mínimos regulatórios até o final de setembro de 2026. Destacou, ainda, a expectativa de ingresso de volumes expressivos já em setembro, avaliando que o mês de outubro poderá demandar maior atenção em relação às condições de abastecimento. O IBP relatou percepção de estoques mais restritos de diesel S500, acompanhada da priorização do atendimento às redes contratadas. Segundo a entidade, esse cenário tem sido observado de forma generalizada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Sul, embora não tenham sido apresentados dados quantitativos.	-

11/09/2026	A ANP informou que recebeu os dados relativos ao monitoramento em regime de sobreaviso. Segundo a Agência, foram identificadas divergências entre as programações de suprimento, possivelmente em razão do remanejamento de uma carga originalmente prevista para o final de setembro para o mês de outubro. Nesse contexto, a ANP destacou que continuará acompanhando a programação de importações e a evolução do abastecimento. O Sindicom observou que os relatos de restrições na oferta ocorreram na mesma semana em que foram anunciadas e discutidas alterações em medidas governamentais (subvenção) relacionadas à gasolina e ao diesel. Segundo a entidade, as incertezas quanto aos possíveis efeitos dessas medidas podem ter levado os agentes a postergar decisões de compra e venda, contribuindo para o relato de falta de disponibilidade de produto pontuais relacionadas a preços e abastecimento. Por sua vez, o MME informou que a medida provisória referente à nova desoneração ainda não havia sido publicada. Avaliou, contudo, que a expectativa em torno da edição da medida pode ter afetado a continuidade do fluxo normal de comercialização dos combustíveis.	A ANP informou que durante a semana, a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI) participou de um evento com postos revendedores, em que foram relatadas reclamações sobre falta de diesel S10 e S500 em Suape/PE e diesel marítimo no Pará. Ainda ressaltou que o caso do Pará retornou pela terceira vez ao debate, mas ainda não foi apresentado à Agência com informações consistentes. Solicitou que fossem encaminhados dados como o nome da distribuidora, município, posto ou TRR envolvido e a empresa responsável pelo atendimento. Com essas informações, a ANP poderá atuar de maneira mais objetiva. E, após contato com os distribuidores, foi informado que o diesel marítimo no Pará estaria limitado à cota da Petrobras, em razão do alto custo do produto importado. Em relação ao diesel S10 e S500 em Suape, os distribuidores relataram uma diferença significativa entre os preços do produto importado e os praticados nos locais que possuem refinarias. Essa diferença tem levado as empresas a buscar produto nos estados que possuem refinaria, aumentando a pressão sobre o frete. A ANP recebeu nova manifestação sobre o abastecimento no Rio Grande do Sul. Os contatos realizados não confirmaram falta de produto. Observou-se, principalmente, maior procura pelos estados que possuem refinarias e oferecem produto a preços mais competitivos. O Sindicom informou que recebeu um questionamento sobre um possível problema de abastecimento no Rio Grande do Sul. Em consulta realizada com os associados, a Agência não identificou falta de produto. O Sindicom também comentou sobre a pressão logística decorrente da diferença de preços entre o produto importado e o nacional. Quando essa diferença aumenta, clientes de estados como Santa Catarina e Paraná passam a buscar produto no Rio Grande do Sul. Esse deslocamento altera o planejamento das empresas e pode gerar restrições para clientes do mercado spot, mas não caracteriza, necessariamente, desabastecimento regional. Destacou, ainda, que a demanda por diesel costuma aumentar entre agosto e dezembro. A combinação entre a demanda sazonal e a procura por produto mais barato pode levar a situações semelhantes em outras localidades nas próximas semanas.
	A partir dos dados levantados pelo MME até o momento, foi elaborado o balanço do diesel para os meses de setembro e outubro. O balanço do mês de setembro apresentou saldo (oferta - demanda) de 104.000 m³ (2,7%). E o balanço do mês de outubro apresentou saldo (oferta - demanda) com déficit de 1.095.000 m³ (-27,7%). O MME comentou que as projeções para o mês de outubro indicam um déficit significativamente maior, estimado em aproximadamente 1 milhão de metros cúbicos. Esclareceu que a análise dos dados	O IBP ressaltou que o mês de outubro tradicionalmente apresenta aumento da demanda por diesel em função do início da safra agrícola.

15/09/2026	consolidados ao longo da tarde apontou como principal fator para esse cenário o aumento sazonal da demanda por diesel, historicamente observado no mês de outubro, em razão da intensificação das atividades agrícolas, incluindo períodos de plantio e colheita da safra. Adicionalmente, foi mencionada a existência de incertezas relacionadas ao programa de subvenção, as quais podem influenciar o comportamento dos agentes de mercado. Destacou-se que, em ocasiões anteriores, situações semelhantes de indefinição levaram agentes econômicos a postergar decisões e operações até a obtenção de maior clareza quanto às condições do programa e aos seus desdobramentos. ABICOM complementou as observações apresentadas, destacando que, desde o mês de março, as avaliações realizadas em meados de cada mês já indicavam preocupação quanto ao abastecimento do mês subsequente, em razão da inexistência, naquele momento, de volumes relevantes contratados para importação. Ressaltou-se, entretanto, que, embora esse cenário de atenção tenha sido recorrente, não havia sido observada anteriormente uma diferença de magnitude semelhante à atualmente verificada entre a disponibilidade projetada e a demanda estimada. Também foi registrado que a atual defasagem entre os preços praticados pelas refinarias da Petrobras e o preço de paridade de importação (PPI) encontra-se em patamar significativamente elevado quando comparada a períodos anteriores. Tal condição reduz os incentivos econômicos para a realização de operações de importação e aumenta a percepção de risco por parte dos agentes de mercado. Por fim, foi informado que, de acordo com os lineups e informações disponíveis para o mês de outubro, apenas a Petrobras figura como fornecedora prevista para o atendimento da demanda, inexistindo, até o momento, registros de importações programadas por agentes privados. A ANP destacou que segue monitorando o mercado de forma contínua e que novas informações sobre volumes de importação serão analisadas e consolidadas em relatório público. Por fim, ressaltou-se que a definição das condições da subvenção ao diesel é importante para reduzir incertezas e permitir melhor planejamento por parte dos agentes.	Destacou, ainda, que a defasagem entre os preços domésticos e os preços de importação tem desestimulado a contratação de importações, contribuindo para o desequilíbrio projetado entre oferta e demanda. Em discussão da empresa ACELEN com a ANP foi destacado que o atual cenário de abastecimento é influenciado por uma combinação de fatores, incluindo a defasagem entre os preços domésticos e internacionais do diesel, as incertezas relacionadas aos mecanismos de subvenção e os desafios logísticos observados em portos e na movimentação de combustíveis. Segundo os participantes, esses elementos reduzem a atratividade econômica das importações e aumentam a pressão sobre a cadeia de suprimento. Foi relatado que as distorções de preços têm provocado alterações nos fluxos tradicionais de comercialização e distribuição de combustíveis, levando agentes econômicos a redirecionar volumes para mercados mais competitivos. Como consequência, observa-se o aumento da demanda por transporte e maior pressão sobre a infraestrutura logística, especialmente em um período caracterizado pelo crescimento sazonal do consumo de diesel. Também foi ressaltada a importância de analisar o abastecimento de forma integrada, considerando não apenas a oferta de diesel, mas a inclusão dos impactos sobre a logística nacional, os fluxos de biocombustíveis e a disponibilidade de infraestrutura para movimentação de produtos. Adicionalmente, foi relatada a demanda à ANP para agilização da análise regulatória de processo relacionado à ampliação da capacidade de produção de diesel S10 na REFMAT, medida que poderá resultar em incremento significativo da oferta nacional do produto. Em resposta, a Agência informou que será solicitada prioridade na tramitação do processo, observando o cumprimento dos requisitos técnicos, regulatórios e de segurança aplicáveis.

22/09/2026	MME informou balanço do diesel S10 para o mês de setembro com saldo (oferta - demanda) de 191.000 m³ (5,1%). E informou também o balanço do diesel S10 para o mês de outubro com saldo (oferta - demanda) de -427.000 m³ (-10,8%). Para setembro há óleo diesel suficiente para suprir a demanda interna e em outubro é necessária a complementação do volume disponível para suprir a demanda nacional.	-
25/09/2026	-	No Rio Grande do Sul, a ANP informou que recebeu representantes da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) que trouxeram preocupação com a disponibilidade de diesel S500, tendo em vista a demanda aquecida no período de safra dos produtos agrícolas. A ANP solicitou às distribuidoras a priorização do atendimento aos TRRs (fornecedores do Agro) e informou que a Petrobras já antecipou os pedidos, disponibilizando 14.000 m³ de diesel S500 para a região. SINDTRR solicitou à ANP atenção para os estados de SC, PR, bem como a região oeste de São Paulo e a Região Centro-Oeste do País devido a relatos de restrição de oferta, especialmente no atual momento de demanda aquecida por causa da safra.
29/09/2026	A ANP informou que enviaria ofício prorrogando a flexibilização de estoques até 31 de dezembro de 2026, após ajuste da data inicialmente mencionada. Relatou ainda a disponibilização dos roteiros de habilitação e pagamento relativos às medidas de subvenção ao diesel e ao etanol, além do andamento de análises de habilitação. Para outubro, a PETROBRAS informou que a maior parte dos volumes de importação já estava carregada, restando aproximadamente 200 mil m³ a carregar para a segunda quinzena, segundo sua manifestação. Informou ainda sobre um acidente ocorrido na unidade de hidrotratamento de nafta de refinaria localizada em Pernambuco, que tem prazo para o retorno operacional de 10 a 15 dias. A empresa afirmou sobre a situação dos estoques disponíveis e que os navios de cabotagem já se encontram carregados para a entrega prevista para o início de outubro.	-

Tabela 2 - Síntese dos resultados dos eventos críticos elencados durante os trabalhos da Sala de Monitoramento do Abastecimento.

Dia/ Temática	Eventos Críticos
01/09/2026 a 29/09/2026	Não foram identificados eventos críticos no período.

Tabela 3 - Outros temas tratados na Sala de Monitoramento do Abastecimento e que são relacionados ao suprimento.

Data/ Cadeia comercial	Primário	Secundário

01/09/2026	EPE informou que continua acompanhando a situação internacional que se encontra na atualidade sem novidades. Destacou acompanhamentos excepcionais relacionados ao Egito e ao Irã, bem como cobranças de fretes altíssimos por parte dos proprietários de navios.	Sindicom e IBP informaram que permanecem as pendências relativas aos prazos de obras do DNIT em trechos da BR-163 (Campo Verde–Rurópolis, Rurópolis–Santarém e Rurópolis–Altamira), relevantes para o abastecimento da região. Também reforçou-se a percepção de estoques mais curtos de S500 no Norte (e também Nordeste e Centro-Sul).

11/09/2026	A ANP mencionou que a manutenção programada no Porto de Santos, inicialmente prevista para ocorrer durante dez dias, não deveria causar problemas ao abastecimento, de acordo com informações da Petrobras e de duas distribuidoras consultadas. A ANP acompanhará a situação, considerando a possibilidade de atrasos na obra ou na operação portuária. Em relação à manutenção no Porto de Santos, o IBP obteve informação de que haverá intervenção em dois berços. A primeira etapa envolverá o berço 1, dedicado à Petrobras, e está prevista para começar entre 8 e 10 de outubro. Durante esse período, as operações serão direcionadas aos demais berços. No final de outubro deverá começar a manutenção do berço 2. Nesse momento, a Petrobras voltará a operar no berço 1, e as demais operações ficarão concentradas nos berços 3 e 4. A preocupação decorre das filas já existentes nesses berços, estimadas entre 12 e 14 dias. O IBP informou que realizou reunião com as distribuidoras e com o Porto de Santos. E atualmente há prioridade para fertilizantes e para o escoamento de etanol. Caso seja comprovado risco de abastecimento, poderá ser avaliada a postergação da segunda etapa da obra. A definição cabe à autoridade portuária. O MME informou que a autoridade portuária avalia o mercado de forma sistêmica, e não apenas a situação de um segmento específico e solicitou ao IBP e à ANP informações que demonstrem eventual risco sistêmico de abastecimento, para que possam ser discutidas a alteração da ordem de prioridades ou a postergação da manutenção.	A Fecombustíveis relatou preocupação com a disponibilidade de diesel marítimo no Pará e no Amazonas. Um dos principais fornecedores da região é a empresa Atem. Segundo informações recebidas, a ausência de subsídio do governo para o diesel marítimo, junto à grande diferença entre o preço do produto importado e o nacional, inviabilizou a manutenção da oferta. Grande parte do produto importado para a Região Norte chega com ponto de fulgor 60. Esse produto pode ser classificado como diesel marítimo, S10 ou S500. Os últimos carregamentos teriam sido direcionados principalmente para S10, por apresentar menor perda econômica ao contar com o subsídio. Ao contrário do diesel marítimo que não tem a mesma condição. As distribuidoras estariam trabalhando com cotas reduzidas de diesel marítimo, e a mais de 15 dias, algumas empresas suspenderam a venda para clientes não contratados, priorizando os consumidores com contrato. Também foram relatados cancelamentos ou redirecionamentos de cargas para atender órgãos como o Exército e a Marinha. Segundo as empresas, o produto importado e classificado como marítimo gera uma diferença próxima de R$ 3,00, valor que não seria possível absorver. A ANP informou que entrará em contato com a Atem/Ream para compreender melhor a situação. A Ream não consegue produzir S10 em volume suficiente e depende da importação para realizar o *blend*. Também foi sugerida uma reunião com a Atem/Ream e a Fecombustíveis, para esclarecer a destinação do produto importado e compreender o motivo pelo qual o tema do diesel marítimo voltou a ser relatado periodicamente. O SINDTRR informou que desde o dia 04/09/26, tem recebido comunicações dos associados sobre restrição de produto, principalmente na Região Sul. Foram apresentadas telas de sistemas de pedidos e mensagens de distribuidores indicando bloqueio ou ausência de produto para TRRs em diferentes bases, como Paulínia, Duque de Caxias, Betim, Vitória, Rondônia, Araucária, São Paulo, Passo Fundo e Cubatão. Foram recebidos mais de cem registros de falta de produto dos agentes e que encaminharia à ANP tais comunicações para apuração. Esclareceu que não havia desabastecimento absoluto, pois os TRRs conseguiam encontrar produto em outros locais, mas com maior dificuldade e preços mais elevados.
		ANP comentou que, apesar das preocupações

	Em discussão entre o IBP e o MME foram destacadas preocupações relacionadas às manutenções programadas em estruturas portuárias de Santos, especialmente, quanto aos possíveis impactos operacionais durante o período de maior demanda. Nesse contexto, foi ressaltada a necessidade de avaliar detalhadamente o plano de mitigação elaborado pela autoridade portuária, a fim de identificar eventuais limitações e subsidiar eventual articulação institucional junto aos órgãos competentes. O MME salientou que qualquer encaminhamento à Secretaria de Portos e demais autoridades deverão estar fundamentado em evidências de risco sistêmico ao abastecimento, e não em dificuldades pontuais enfrentadas por agentes específicos. Assim, considera-se importante reunir informações e dados adicionais que permitam avaliar os potenciais impactos das intervenções programadas sobre a logística de movimentação de combustíveis. Por fim, foi registrado que, embora haja manutenção em uma das estruturas de atracação, o porto dispõe de outras instalações operacionais para atendimento das operações, aspecto que deve ser considerado na avaliação dos riscos ao abastecimento.	recentes relacionadas ao abastecimento no Rio Grande do Sul, as informações apuradas junto a produtores, distribuidores e entidades representativas indicam que as entregas contratadas continuam sendo realizadas normalmente, não tendo sido identificados casos de desabastecimento. Registrou-se, contudo, um aumento da demanda na região, impulsionado pela expectativa de maior consumo durante a safra de produtos agrícolas, pela repercussão de notícias sobre possível escassez e pelo diferencial de preços em relação a estados vizinhos. Esse cenário tem gerado maior pressão sobre a oferta disponível e restrições em operações no mercado spot. O IBP, a partir de informações das distribuidoras, comentou que os clientes com contratos firmados continuam sendo atendidos normalmente, sem restrições relevantes de fornecimento. As maiores dificuldades têm sido observadas no mercado spot, especialmente para os Transportadores Revendedores Retalhistas (TRRs), que não têm sido priorizados no atual contexto de oferta mais restrita. Foi informado ainda que a Petrobras mantém o atendimento regular dos contratos, apesar das manutenções programadas em algumas unidades.
15/09/2026	Em discussão entre a PETROBRAS e o MME foi esclarecido que o Porto de Santos dispõe de quatro píeres, dos quais três são utilizados pelas distribuidoras para movimentação de combustíveis. Nesse contexto, registrou-se que as manutenções programadas afetam apenas parte da infraestrutura disponível, permanecendo outras instalações operacionais em funcionamento. Ressaltou-se que os possíveis gargalos logísticos não decorrem exclusivamente das intervenções previstas, mas também da eficiência operacional das operações portuárias. Foi destacado que há diferenças significativas nos tempos de operação entre navios operados pela Petrobras e por outros agentes, o que influencia diretamente a formação de filas e a capacidade de movimentação do porto. Informou-se ainda que, mesmo com a infraestrutura atualmente em operação, já são observados tempos relevantes de espera para atracação, havendo preocupação de que as manutenções programadas, somadas ao aumento sazonal da demanda por diesel no mês de outubro, possam ampliar essas filas e gerar impactos logísticos adicionais. Foi mencionado, ainda, que está em andamento um trabalho de avaliação dos principais portos utilizados para movimentação de combustíveis, com o objetivo de identificar gargalos operacionais, suas causas e possíveis medidas de melhoria. Destacou-se a importância de reunir	Em discussão entre a Petrobras, MME, a CASA CIVIL, a ANP e o SINDICOM foi dito que em relação à situação do abastecimento na Região Sul foi registrado que as entregas contratadas estão sendo realizadas normalmente, sem identificação de restrições operacionais ou de fornecimento. Destacou-se, inclusive, que os volumes entregues são suficientes ou acima do previsto em alguns casos. Esclareceu-se que eventuais diferenças pontuais observadas nas entregas decorrem, principalmente, das particularidades operacionais das bases de distribuição, especialmente quanto aos horários e dias de funcionamento, não estando associadas à capacidade de produção ou fornecimento das refinarias. Foi reforçado que, até o momento, não há evidências de desabastecimento no Rio Grande do Sul. As preocupações observadas decorrem da combinação de fatores como o aumento sazonal da demanda, diferenças regionais de preços, maior procura por produto proveniente de estados vizinhos e restrições no mercado spot, especialmente para os Transportadores Revendedores Retalhistas (TRRs). Ressaltou-se ainda que o fornecimento primário aos distribuidores segue ocorrendo de acordo com o planejamento previamente pactuado,

	informações técnicas e operacionais mais detalhadas para subsidiar a análise dos riscos e a eventual adoção de medidas mitigadoras.	enquanto oscilações de mercado e mudanças nas condições econômicas podem gerar demandas adicionais não previstas inicialmente. Por fim, foi destacado que o abastecimento deve ser analisado de forma integrada, considerando aspectos logísticos, disponibilidade de produto e movimentação entre diferentes regiões do país.
22/09/2026	MME destacou a publicação do Decreto nº 13.121/2026, que trouxe o termo de adesão à subvenção respeita todos os requisitos dos decretos anteriores, consolidando a curva de aprendizado para viabilizar a cooperação no intuito de garantir o abastecimento. O decreto regulamenta a subvenção de R$ 1,00 para importação e produção de diesel, estabelecida pela Medida Provisória nº 1.391/2026. O IBP destacou preocupação com a priorização da rede contratada e com as obras programadas em Santos. Participou de discussões com a PETROBRAS e demais agentes. Ressaltou que não há como alterar as datas das intervenções, pois a PETROBRAS já opera com cronograma definido, o que gera preocupação em função das importações. Solicitou que a situação seja avaliada na medida do possível. Informou que será realizada reunião envolvendo IBP e ABICOM. Há preocupação, mas esforços estão sendo feitos para que tudo ocorra dentro do cronograma. MME questionou ao SINDICOM sobre informações de fila e interrupção de carga no porto de Paranaguá. O SINDICOM informou que não obteve informações conclusivas. O MME comprometeu-se a buscar mais dados, registrando que o porto está em canal amarelo em razão de disputas.	ANP comentou que no Rio Grande do Sul alguns distribuidores passaram a oferecer produto proveniente do Paraná, com volumes expressivos já internalizados no estado. Destacou que o acompanhamento realizado pelo MME representa um alívio em relação aos volumes. A situação no Rio Grande do Sul foi considerada normalizada, com chuvas regulares. Em conversa da ANP com a Farsul foi registrado adiantamento forte de produtos no estado. Também destacou a importância do pagamento subvenção para evitar a necessidade do aumento do capital de giro dos agentes, informando que a matéria já foi encaminhada à Diretoria. Mencionou que a SDL está fechando terminais brutos, o que pode contribuir para dar celeridade ao abastecimento sob visão sistêmica. ANP ainda comentou que no Pará, a gasolina apresenta menor pressão, sendo o o óleo diesel marítimo o principal produto de atenção, com volume preponderante da Petrobras. Na região Norte, o que for possível agilizar será feito. Observou que, quando a pressão diminuir, a situação tende a se normalizar.

25/09/2026	ANP informou que no Pará há disponibilidade de diesel marítimo, entretanto, os preços estão bem elevados. O SINDTRR comentou sobre a preocupação com a disponibilidade de diesel marítimo no Pará e o cancelamento de entrega de diesel pelas distribuidoras em Porto Velho - RO. O IBP informou que as distribuidoras já estão conseguindo fornecer diesel marítimo para os TRRs nos polos de Miritituba e Santarém no Pará. Fecombustíveis acrescentou que o fato de o óleo diesel marítimo não ser subvencionado leva os fornecedores a utilizar o diesel rodoviário e assim receber os valores da subvenção, aumentando as margens. E, segundo as empresas, o produto importado e classificado como marítimo gera uma diferença próxima de R$ 3,50. A ANP informou que, no âmbito da operacionalização da subvenção, os procedimentos e roteiros necessários à habilitação dos agentes dos setores de etanol e diesel encontram-se em fase final de elaboração. O MME comentou que a Portaria do Ministério da Fazenda que define o valor da subvenção para outubro estava prevista para publicação no dia 25/09. O IBP chamou a atenção para as obras de manutenção nos terminais dos portos de Santos e de Paranaguá, as quais podem, eventualmente, atrasar a internalização de cargas.	O MME reforçou que a importação de 650 mil m³ de diesel pela Petrobras para outubro está no mesmo nível das cargas importadas por ela nos últimos meses.

29/09/2026	O MME comentou sobre a nova portaria do Ministério da Fazenda relativa à subvenção ao diesel, com valor de R$ 2,12 por litro a partir de 27 de setembro. A referência a períodos e valores anteriores foi feita oralmente e deve ser conferida no ato normativo antes de eventual reprodução em documento formal. A ANP comentou que examinará dados de vendas em municípios da fronteira do Rio Grande do Sul com Uruguai e Argentina para verificar eventual aumento de abastecimento por consumidores que atravessam a fronteira. A hipótese foi levantada na reunião, sem mensuração ou confirmação. A agência pretende comparar os volumes com períodos anteriores e, se o efeito for relevante, discutir eventuais providências com o MME. A Abicom observou que os contratos já firmados e a dinâmica das refinarias norte-americanas poderiam limitar a hipótese de restrição. Também foi ressalvado que a Índia não substituiria automaticamente todo o suprimento e que oscilações do contrato futuro de heating oil, isoladamente, não refletem o custo integral de importação ao Brasil, que inclui armazenamento e frete. A Acelen informou que foi comunicada sobre a autorização da ANP, publicada no Diário Oficial, para ampliar a capacidade de uma unidade de hidrotratamento. A estimativa apresentada foi de flexibilidade para produzir aproximadamente 27 mil a 30 mil m³ adicionais de diesel S10 por mês, sujeita à programação de cargas e à configuração de produção da refinaria. A incorporação desse potencial à programação estava em estudo para outubro. Não se trata, portanto, de acréscimo automático e imediato ao balanço nacional. EPE comentou que acompanha o risco geopolítico de eventual restrição norte-americana às exportações de diesel, inclusive seus possíveis efeitos sobre produção e preços de outros derivados. Mencionou ainda incertezas relativas ao conflito no Oriente Médio e à infraestrutura de escoamento de petróleo. Essas observações foram apresentadas como cenários de acompanhamento, sem alteração anunciada nas projeções de abastecimento.	A Petrobras relatou condições comerciais e ajustes de programação com clientes para reforçar o suprimento no Rio Grande do Sul, incluindo antecipação de volumes de outubro e remanejamento de cotas, partindo de uma estimativa inicial da ordem de 14.000 m³ de óleo diesel. O SINDICOM confirmou esforços para ampliar a oferta no Rio Grande do Sul e trouxe preocupação com a hipótese, ainda especulativa, de restrição dos Estados Unidos às exportações de derivados, observando que mais de 80% do produto importado em setembro teria vindo daquele país, segundo os dados mencionados na mesa. Foram discutidos possíveis efeitos sobre preços e logística, sem indicação de medida norte-americana efetivamente adotada.

3.2. A última atualização do balanço de diesel A S10 gerada nesse período é apresentada nas Figuras 1 e 2.

Figura 1 - Balanço de Diesel A S10, mês de setembro de 2026 (dados de 29/09/2026).

Balanço de Diesel A S10, mês setembro/26

mil m³ | Fonte: Sala de monitoramento MME.

Demanda (Diesel B S10)	
- EPE	4.495
- IBP / Sindicom	4.415
- Brasilcom	4.425

Oferta	
O.1) Produção (IBP)	2.590
O.2) Importação	936
- Abicom	936
- Ream	-

Balanço	
- Demanda Diesel B S10	4.445
+ Biodiesel	667
+ Diesel A S10	3.778
- Oferta Total	3.887
+ Produção	2.590
+ Importação	936
+ Saldo de estoque ago/26	361
- Estoques Total (S10 ANP 27/ago)	1.986

Resultado	
- Saldo (Oferta - Demanda)	109
- Saldo (%)	2,9%

Figura 2 - Line Up de Importação de Diesel A S10 (dados de 29/09/2026).

Line Up Importação

mil m³ | Fonte: Abicom

REVISÃO EM 29/09/2026

PORTO	SETEMBRO	OUTUBRO
MANAUS	106,6	51,4
ARATU	0	0
SÃO LUIS	412,1	308,6
FORTALEZA	0	0
SUAPE	44,3	81,7
S.SEBASTIÃO	103,5	157,5
SANTOS	118,9	112,5
PARANAGUÁ	110,6	118,9
OUTROS	39,7	0
TOTAL	**935,7**	**830,6**

ORIGEM	SETEMBRO	OUTUBRO
USA	754,0	562,2
RÚSSIA	27	16,7
ÍNDIA	126,2	207,8
ARAB GULF	0	43,9
OUTROS	28,5	0
TOTAL	**935,7**	**830,6**
	SETEMBRO	**OUTUBRO**
PETROBRAS	365,2	407,1
OUTROS	570,5	423,5

4. SEÇÃO III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. O presente Relatório tem a função de cumprir o que estabelece o art. 14 da Portaria Normativa nº 61/GM/MME/2023, além dos arts. 8º, 9º e 10 do Protocolo Específico de Segurança e Gerenciamento de Situações de Crises de Ativos de Infraestrutura do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da Sala de Monitoramento do Abastecimento instaurada pela Resolução CGC nº 1, de 23 de março de 2026, do Comitê de Gerenciamento de Crises do MME.

4.2. Nesse contexto, o Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo (DCDP) solicita que a Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (SNPGB) encaminhe ao Comitê de Gerenciamento de Crise (CGC) do Ministério de Minas e Energia, para fins de ciência, este relatório, contendo as ocorrências mais relevantes no período de **01 a 30 de setembro de 2026,** bem como as providências adotadas para afastar riscos ou mitigar seus impactos no abastecimento.

Documento assinado eletronicamente por **Nikholas Magno Sales Segatti**, **Analista de Infraestrutura**, em 15/10/2026, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Deivson Matos Timbó**, **Coordenador(a)-Geral de Acompanhamento do Mercado**, em 15/10/2026, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Edie Andreeto Junior**, **Diretor(a) do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo**, em 15/10/2026, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1324446** e o código CRC **9C57CA68**.

Referência: Processo nº 48330.000084/2026-13 SEI nº 1324446